



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



TAINARA ARAUJO DE SOUSA

**A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ACERVOS ESCOLARES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI**

**PARNAÍBA
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

TAINARA ARAUJO DE SOUSA

**A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ACERVOS ESCOLARES DA
EDUCAÇÃO INFANTIL:** uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI

Monografia apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para obtenção do título
de graduado(a) em Pedagogia pela
Universidade Estadual do Piauí, sob a
orientação da Prof^a Dr^a Maria de Jesus
Marques Duarte.

**PARNAÍBA
2025**

TAINARA ARAUJO DE SOUSA

A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ACERVOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de graduado(a) em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria de Jesus Marques Duarte.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Prof^a. Dra. Maria de Jesus Marques Duarte - UESPI
Orientadora

Profº. MSc. Lucivando Ribeiro Martins
Examinador Interno

Prof^a. Me. Fernanda de Sousa Silva
Examinador Externo

S7251 Sousa, Tainara Araujo de.

A literatura infantil afro-brasileira nos acervos escolares da educação infantil : uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI / Tainara Araujo de Sousa. - 2025.

48 f.: il.

Monografia (graduação) - Licenciatura em Pedagogia, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria de Jesus Marques Duarte".

1. Literatura infantil afro-brasileira. 2. Educação infantil.
3. Relações étnico-raciais. I. Duarte, Maria de Jesus Marques .
II. Título.

CDD 372.4

Dedico este trabalho a todas as crianças,
em especial, àquelas que muitas vezes
não encontram nos livros e nas histórias
infantis, o reflexo de sua beleza.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me guardar, me guiar e permitir que tudo se ajustasse para o fim de qualquer desespero.

À minha família — minha mãe, meu pai, meus irmãos e meus sobrinhos — por serem minha base de apoio incondicional, meu refúgio e minha fonte inesgotável de aconchego. Juntos, vocês construíram o lar que me torna forte e confiante.

Dona Maria dos Remédios, minha mãe, seu amor em forma de oração é meu escudo mais precioso de proteção.

Às minhas amigas e colegas de turma, que ao longo destes anos nunca me deixaram sentir só. Juntas, dividimos dúvidas, incertezas, angústias, muitas risadas, ensinamentos e “fofocas”, tornando essa caminhada mais leve. O nosso “sexteto”, como carinhosamente nos apelidamos, foi abrigo nos dias difíceis e alegria nas conquistas. Tenho certeza de que nossa amizade permanecerá como uma das partes mais bonitas desta trajetória.

Às minhas amigas e colegas de moradia, que compartilharam comigo não apenas o mesmo teto, mas também os momentos bons e difíceis, aqueles que só nós conhecemos. Juntas, nos tornamos uma família, amenizando a saudade do aconchego de casa e fortalecendo nossos objetivos. Por tudo isso, vocês sempre serão minhas irmãs do coração.

À professora Maria de Jesus Marques Duarte, por sua orientação atenciosa e serena. Este trabalho só foi possível graças às suas valiosas contribuições.

A todos os professores do curso que, com seus ensinamentos, contribuíram significativamente para meu aprendizado e fizeram parte essencial desta trajetória acadêmica.

A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ACERVOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI.

RESUMO

A literatura infantil afro-brasileira exerce um papel fundamental na construção do conhecimento crítico, no respeito às diferenças culturais, na representatividade e na formação da identidade no âmbito da educação infantil, que é a etapa inicial do desenvolvimento da criança. Nesse contexto, o presente estudo teve como propósito principal investigar as diretrizes e as obras de literatura infantil afro-brasileira nos acervos do ambiente escolar infantil. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar a legislação que define diretrizes que orientam o ensino das relações étnico-raciais na educação infantil em duas escolas municipais públicas de Parnaíba-PI; verificar quais são as obras de literatura infantil afro-brasileira existentes nas escolas selecionadas; e analisar o potencial dos elementos didático-pedagógicos da literatura afro-brasileira. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa baseou-se nos estudos de Gomes (2002; 2013), Trinidad (2012), Santos (2005) e Gouvêa (2005), que discutem a importância do ambiente educacional na valorização cultural e na construção de identidades. Além disso, o estudo também se fundamenta na Lei nº 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Quanto à metodologia, adotou-se uma abordagem qualitativa de caráter documental, utilizando a análise documental para examinar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o acervo literário de duas escolas municipais de Parnaíba-PI, a fim de verificar a presença das obras da literatura infantil afro-brasileira nos ambientes selecionados. Os resultados apontam limitações relacionadas à presença e uso das obras de literatura infantil afro-brasileira nas escolas, visto que foi observada a ausência de espaços adequados para a disponibilização, bem como a falta de efetivação da Lei 10.639/2003 nos Projetos Político-Pedagógicos. Embora algumas obras tenham sido distribuídas por programas federais que abordam a temática nas escolas, elas ainda não são utilizadas de forma efetiva.

Palavras-chave: Literatura infantil afro-brasileira; Educação infantil; Relações étnico-raciais.

A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NOS ACERVOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise em duas escolas municipais de Parnaíba-PI

ABSTRACT

Afro-Brazilian children's literature plays a fundamental role in the construction of critical knowledge, respect for cultural differences, representation, and identity formation within early childhood education, which is the initial stage of child development. In this context, the present study aimed to investigate the guidelines and works of Afro-Brazilian children's literature in the collections of the early childhood school environment. To this end, the following specific objectives were defined: to identify the legislation that defines guidelines for teaching ethnic-racial relations in early childhood education in two public municipal schools in Parnaíba-PI, PI; to verify which works of Afro-Brazilian children's literature exist in the selected schools; and to analyze the potential of the didactic-pedagogical elements of Afro-Brazilian literature. From a theoretical perspective, this research was based on the work of Gomes (2002; 2013), Trinidad (2012), Santos (2005), and Gouvêa (2005), who discuss the importance of the educational environment for cultural appreciation and identity construction. Furthermore, the study is also based on Law No. 10.639/2003 and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEIs). Regarding methodology, a qualitative, documentary approach was adopted, using document analysis to examine the Political-Pedagogical Project (PPP) and the literary collection of two municipal schools in Parnaíba-PI, PI, in order to verify the presence of Afro-Brazilian children's literature in the selected environments. The results point to limitations related to the presence and use of Afro-Brazilian children's literature in schools, since the absence of adequate spaces for their availability was observed, as well as the lack of effective implementation of Law 10.639/2003 in the Political-Pedagogical Projects. Although some works have been distributed by federal programs that address the theme in schools, they are not yet used effectively.

Keywords: Afro-Brazilian children's literature; Early childhood education; Ethnic-racial relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Capa do livro Histórias de tia Nastácia de Monteiro Lobato	28
Figura 2: Capa do livro Histórias de tia Nastácia de Monteiro Lobato	29
Figura 3: Capa do livro Amoras de Emicida	34
Figura 4: Capa do livro Amor de Cabelo de Matthew A.Cherry	34
Figura 5: Capa do livro Betina de Nilma Lino Gomes	35
Figura 6: Capa do livro De passinho em passinho de Otávio Júnior	36
Figura 7: Capa do livro Da minha janela de Otávio Júnior	36

LISTA DE SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Câmara de Educação Profissional e Tecnológica
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PI	Piauí
PME	Plano Municipal de Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO I – METODOLOGIA	13
1.1 TIPO DE PESQUISA	13
1.2 PROCEDIMENTOS	13
1.3 CONTEXTO DA PESQUISA	14
SEÇÃO II – REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL	17
2.2 DIRETRIZES QUE ORIENTAM O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO E REPRESENTATIVIDADE	23
2.4 LITERATURA INFANTIL E A ABORDAGEM AFRO-BRASILEIRA	26
SEÇÃO III – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	32
3.1 CATEGORIA 1 – A PRESENÇA DE OBRAS DE LITERATURA INFANTIL COM ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ACERVOS ESCOLARES	33
3.2 CATEGORIA 2 - A PRESENÇA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS COM ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	37
3.3 CATEGORIA 3 – A QUANTIDADE DE OBRAS COM A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS	38
3.4 CATEGORIA 4 – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA E A LEI 10.639/2003	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	47
ANEXOS	48

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um espaço que proporciona as primeiras percepções do mundo e a construção de identidades, especialmente na educação infantil, etapa em que a criança inicia sua interação com os demais e com a aprendizagem. Desse modo, o papel da escola em seguir as diretrizes, promovendo a representatividade e a valorização cultural, é essencial, sobretudo em um país como o Brasil, que possui uma diversidade cultural ampla desde a época da colonização e uma história marcada pela exclusão da população negra. Diante disso, torna-se evidente a importância da escola em construir conhecimentos essenciais relacionados à história afro-brasileira com as crianças.

No entanto, ainda são notáveis os desafios quanto à visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira pelas instituições escolares da educação infantil. Segundo Gomes (2002, p. 41), “não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata negros e sua cultura de maneira desigual”. Nesse sentido, observa-se que os materiais didáticos, sobretudo os de literatura infantil — estratégia amplamente utilizada no ambiente escolar —, quando presentes, ainda apresentam escassa visibilidade cultural, negligenciando a contribuição histórica da população negra na sociedade. Além disso, as imagens dos personagens, que possuem grande importância para as crianças pequenas, devem retratar traços reais e característicos dos afrodescendentes, sem a presença de estereótipos.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo investigar, por meio de análise documental, as diretrizes e as obras de literatura infantil afro-brasileira presentes nos acervos escolares de educação infantil, com ênfase em seu caráter representativo e na contribuição para uma educação antirracista. Além disso, utiliza-se a literatura como estratégia pedagógica que permite o aprendizado sobre a importância do reconhecimento cultural, por meio de narrativas que apresentam as vivências, características e valores da cultura afro-brasileira. O estudo também buscou analisar como as diretrizes abordam a temática das relações étnico-raciais na escola e sua efetivação nos espaços escolares pesquisados.

A pesquisa foi realizada em duas escolas de educação infantil da rede municipal de Parnaíba-PI, com abordagem qualitativa, sendo do tipo pesquisa de

campo de caráter observacional, e a documental, na qual os documentos constituem a principal fonte de informações para análise. Desse modo, serão analisados os livros de literatura infantil afro-brasileira e os registros de acervo presentes nas instituições selecionadas. Além disso, será verificado o Projeto Político-Pedagógico (PPP), diretrizes e outros materiais que evidenciem a presença ou ausência da literatura infantil afro-brasileira no contexto escolar.

Este estudo fundamenta-se na importância da literatura afro-brasileira na educação infantil, considerando seu papel significativo na construção de identidades e na promoção da representatividade negra, uma vez que a criança pode se identificar com os personagens, protagonistas das histórias. Ademais, esse tipo de literatura contribui para o desenvolvimento de uma educação antirracista, por meio da desconstrução de preconceitos raciais, evidenciando a necessidade de seu acolhimento e reconhecimento nas diretrizes legais.

A escolha da temática justifica-se pela relevância de abordá-la na prática profissional do pedagogo, visando à formação de uma educação antirracista, fortemente enfatizada na disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira do curso de Pedagogia na atualidade. Ademais, a escola tem a missão de cumprir as orientações legais que regem a educação nacional, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), especialmente após a alteração promovida pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a qual foi posteriormente complementada pela Lei 11.645/2008, incluindo a temática indígena no currículo escolar. Contudo, o presente trabalho concentra-se na análise da Lei 10.639/2003. Dessa forma, a instituição deve acolher e implementar efetivamente a educação antirracista desde a fase da educação infantil, utilizando a literatura como ferramenta essencial para alcançar tal objetivo.

Ademais, enfatiza-se que a temática surgiu diante da evidência de que muitas crianças negras crescem sem referências positivas na infância, sobretudo no ambiente familiar, o que pode afetar o desenvolvimento de suas identidades e autoestima, demandando anos para sua reconstrução. Nesse contexto, o ambiente escolar se apresenta como espaço essencial para a construção da autoestima e da identidade da criança negra, evidenciando a responsabilidade da escola em promover uma consciência crítica inclusiva e o reconhecimento da cultura negra. Outrossim, considera-se a literatura afro-brasileira como ferramenta importante para a construção de valores e ensinamentos.

Dessa forma, a proposta desta pesquisa apresenta a seguinte problemática: de que forma a literatura infantil afro-brasileira está presente nos acervos escolares da educação infantil da rede municipal de Parnaíba-PI? Para responder a essa questão, este trabalho tem como objetivo investigar as obras de literatura infantil afro-brasileira presentes nos acervos escolares de duas escolas da educação infantil da rede municipal de Parnaíba-PI. Para tanto, buscou-se:

1. Investigar a legislação que define diretrizes para o ensino das relações étnico-raciais na educação infantil;
2. Verificar quais são as obras de literatura infantil afro-brasileira existentes nas escolas selecionadas;
3. Analisar o potencial dos elementos didáticos e pedagógicos da literatura afro-brasileira presentes nos acervos pesquisados.

Quanto à estrutura deste trabalho, ele foi organizado em seções e tópicos. Na Seção I, apresenta-se a metodologia da pesquisa, contemplando o tipo de estudo, os procedimentos adotados e o contexto investigado. A Seção II aborda o referencial teórico, discutindo os principais temas relacionados à literatura infantil afro-brasileira e desenvolvendo os seguintes tópicos: contexto histórico da desigualdade racial no Brasil; diretrizes que orientam o ensino das relações étnico-raciais na Educação Infantil; a Educação Infantil como espaço de desenvolvimento e representatividade; e literatura infantil com temática afro-brasileira.

Na Seção III, apresenta-se a discussão dos resultados da pesquisa, organizados em categorias de análise, a saber: Categoria 1 – A presença de obras de literatura infantil com abordagem das relações étnico-raciais nos acervos escolares; Categoria 2 – A presença de recursos pedagógicos com abordagem das relações étnico-raciais; Categoria 3 – A quantidade de obras com abordagem das relações étnico-raciais nas escolas; e Categoria 4 – O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e a Lei nº 10.639/2003.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, que destacam as reflexões e contribuições do estudo.

SEÇÃO 1 – METODOLOGIA

1.1 TIPO DE PESQUISA

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos empregados na condução da pesquisa, a qual seguiu uma abordagem qualitativa de caráter documental e de campo. O objetivo deste estudo foi investigar a presença de obras de literatura infantil afro-brasileira nos acervos das instituições de educação infantil, bem como compreender de que forma elas estão inseridas nas práticas pedagógicas da escola. Quanto à abordagem qualitativa, Minayo (2001, p. 22) afirma que “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos [...].” Dessa forma, tal abordagem busca compreender a realidade a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos e pelos contextos sociais envolvidos.

1.2 PROCEDIMENTOS

O método adotado neste estudo é caracterizado como método documental, o qual consiste na coleta e análise de documentos produzidos pela instituição escolar. Nesse sentido, destaca-se que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (Caulley, 1986 apud Lüdke; André, 1986, p. 38). Como técnica de pesquisa, utilizou-se a observação sem interação com sujeitos, em duas escolas de educação infantil da rede municipal de Parnaíba-PI, seguida da análise documental, visto que esta envolve examinar, interpretar criticamente e sistematizar as informações presentes nos documentos selecionados.

Para isso, recorreu-se ao diário de campo como instrumento de registro, por permitir anotar as observações e reflexões realizadas durante as visitas às escolas e durante a análise dos documentos. Tal instrumento contribuiu significativamente para a compreensão das observações e para o aprofundamento do estudo investigado.

1.3 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa documental foi realizada no espaço físico de duas escolas municipais de Educação Infantil localizadas na zona urbana da cidade de Parnaíba-PI, entre os meses de setembro e outubro de 2025. Deve-se enfatizar que as escolas foram selecionadas com base em um critério quantitativo, relacionado ao número de alunos atendidos. Convém destacar que essas instituições foram denominadas, ao longo desta pesquisa, como Escola 1 e Escola 2, a fim de preservar suas identidades.

A Escola 1 foi caracterizada como uma das unidades de menor porte do município, atendendo 132 crianças de 3 a 5 anos em turnos parciais. Por outro lado, a Escola 2 atende 622 crianças da mesma faixa etária, sendo considerada uma escola de médio porte no município de Parnaíba. Apesar da diferença no número de matrículas, ambas atraem projetos de estágio e de iniciação à docência de diferentes instituições de ensino superior, devido à sua localização de fácil acesso.

O passo inicial para a realização deste estudo consistiu na preparação teórica, por meio de revisão bibliográfica e análise documental referente às diretrizes existentes sobre a temática investigada. Em seguida, realizou-se o planejamento do roteiro de observação para a coleta e análise documental no espaço escolar. Esse planejamento teve como apoio a obra intitulada “Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na educação infantil” (Ação Educativa, 2023, p. 13), selecionada por apresentar um material abrangente sobre a consolidação da Lei nº 10.639/2003, bem como sobre as práticas pedagógicas que podem, e devem, ser aplicadas na Educação Infantil.

O material supracitado foi organizado por um coletivo de pesquisadores e professores que compartilhavam o objetivo de fortalecer a implementação da lei mencionada e fomentar a reflexão crítica acerca da insuficiência de sua efetivação nos currículos escolares.

A obra está estruturada em oito dimensões explicativas e orientadoras. No entanto, para fundamentar a análise desta pesquisa, foram priorizadas as dimensões 1 e 2, sendo elas Atitudes e Interação e Proposta Político- Pedagógica, que serviram como parâmetros para a compreensão das relações étnico-raciais no contexto da Educação Infantil. Ademais, a leitura do material possibilitou a melhor organização do roteiro de observação, o qual serviu de base para a construção das categorias

apresentadas na Seção III deste trabalho. Portanto, o roteiro foi elaborado da seguinte forma:

- A) Que obras da literatura infantil com abordagem das relações étnico-raciais compõem o acervo da escola? Como se encontram? Há marcas de uso?
- B) Há outros recursos didáticos com essa abordagem? Quais?
- C) A quantidade de livros de literatura infantil afro-brasileira atende ao número de crianças da educação infantil da escola?
- D) No Projeto Político Pedagógico da escola, há menção da lei 10.639/2023 e/ou projetos relacionados à temática estudada?

Portanto, após a etapa de planejamento, procedeu-se à ida ao ambiente escolar mediante apresentação do documento de encaminhamento para obtenção da devida autorização da pesquisa. Com a autorização concedida, realizou-se a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que reúne os princípios e orientações que norteiam a prática escolar. Além disso, foram levantadas e organizadas em uma tabela as informações referentes às obras presentes nas escolas, considerando os seguintes critérios: A) Título da obra; B) Autor; C) Data de publicação; D) Número da edição; E) Forma de aquisição. A Tabela 1 foi elaborada com o objetivo de identificar e caracterizar as obras de literatura infantil afro-brasileira disponíveis nos ambientes pesquisados.

Tabela 1 – Escola 1

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	Nº DE EDIÇÃO	FORMA DE AQUISIÇÃO
Amoras	Emicida	2021	2 ^a	PNLD
Amor de cabelo	Matthew A. Cherry	2021	1 ^a	PNLD
Ubuntu, Madiba!	Regina Gonçalves	2021	1 ^a	PNLD
Quero colo!	Stela Barbieri e Fernando Vilela	2018	2 ^a	PNLD
Na venda de Vera	Hebe Coimbra	2008	1 ^a	PNLD
Betina	Nilma Lino Gomes	2009	1 ^a	PNLD
De passinho em passinho: um livro para	Otávio Júnior	2023	1 ^a	PNLD

dançar e sonhar				
Aminata, a tagarela	Maté	2015	1ª	PNLD
Será?	Lulu Lima	2021	1ª	PNLD
Esperando a chuva	Véronique Vernette	2021	1ª	PNLD
Um safári na Tanzânia	Laurie Krebs	2021	1ª	PNLD
Da minha janela	Otávio Júnior	2021	1ª	PNLD

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

É importante destacar que a análise realizada na Escola 2 apresentou limitações, impossibilitando a verificação completa dos livros disponíveis e o preenchimento da tabela referente à observação. Contudo, tal situação também ofereceu subsídios relevantes para a compreensão do estudo, uma vez que a instituição não dispõe de um ambiente específico destinado à organização dos livros de literatura infantil, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam espaços adequados para organização dos acervos e para a promoção da leitura.

Cabe mencionar que a análise documental no ambiente físico das instituições ocorreu ao longo de duas semanas. Ademais, as observações, reflexões, o levantamento das literaturas infantis afro-brasileiras existentes, bem como o estado de conservação e de uso das obras foram registrados no diário de campo. Observou-se ainda a presença ou ausência de atividades didático-pedagógicas e de elementos que expressassem a abordagem discutida neste estudo.

No mais, os dados obtidos na pesquisa, foram ordenados em uma tabela e considerados com base na análise de conteúdo, correlacionando as observações e reflexões dos dados analisados com a fundamentação teórica deste trabalho e no livro base da análise *Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na educação infantil* (2023).

SEÇÃO II – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A chegada dos portugueses ao território brasileiro, em 1500, marcou o início do processo de colonização que perdurou, e ainda perdura constantemente. Nesse contexto, indígenas e africanos foram submetidos a trabalhos árduos e privados de liberdade, dando origem a um sistema escravocrata profundamente enraizado. É importante lembrar que, ao longo desse processo, ocorreu também uma intensa integração étnica entre europeus, africanos e indígenas. Segundo Jesus e Silva (2021), foi durante a colonização que teve início o processo de miscigenação entre esses grupos, resultando em uma sociedade culturalmente diversificada. Entretanto, apesar desse encontro de matrizes culturais, os europeus brancos assumiram posição de protagonismo e superioridade, enquanto indígenas e africanos eram considerados inferiores, tratados de forma desumana e submetidos à escravidão.

É válido ressaltar, de modo específico, que os povos africanos foram os principais detentores de conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento social e tecnológico. Contribuíram desde a transição de sociedades coletoras para práticas agrícolas até invenções essenciais, como a própria escrita. Além disso, eram os africanos escravizados que dominavam todos os processos relacionados ao cultivo e à colheita nos engenhos de cana-de-açúcar e nas plantações de café, desempenhando papel central na economia colonial. Nessa perspectiva, Pinheiro (2019) destaca:

Em outras palavras, durante séculos nesse país, pessoas negras foram as principais cientistas e técnicas porque conseguiram manter um modo de produção, cujos detalhes técnicos eram por eles pensados e executados. A sociedade brasileira herdou a riqueza oriunda da ação técnica e científica de pessoas escravizadas (Pinheiro, 2019, p. 335).

Portanto, apesar de toda a riqueza de conhecimentos produzidos pelos africanos escravizados, foram pessoas silenciadas ou ignoradas, uma vez que todo o protagonismo era colocado sobre os europeus brancos. Em vista disso, se faz necessário o resgate dessas memórias e assim, permitir a visibilidade ao

protagonismo negro com suas contribuições para construção da sociedade brasileira.

O Brasil foi o último país a sancionar a abolição da escravidão, mantendo por quase 400 anos um sistema em que pessoas não pertencentes ao grupo europeu viveram sob submissão, realizando trabalhos forçados, privadas de direitos essenciais e lutando para sobreviver às torturas e violências impostas pelos brancos. A abolição da escravidão no Brasil foi resultante de uma intensa luta conduzida por diversos movimentos sociais, nos quais o protagonismo negro desempenhou um papel fundamental.

A luta abolicionista ultrapassava o anseio por liberdade física, incluindo a reivindicação por direitos e por justiça. No entanto, apesar da abolição da escravidão ter sido um passo importante na luta por liberdade dos escravizados, não foi concedido o suporte necessário para estes. Com relação a isso, destaca-se:

Na prática, o 13 de maio jogou os negros a toda sorte num mundo branco, racista, preconceituoso e hostil. A efeméride, portanto, não se constituiu como um arrependimento acompanhado por políticas necessárias de reparação. Não foi uma concessão benevolente. Ao contrário: foi um ato duro, proforma, de uma elite pressionada interna e externamente. Em síntese, o ato da abolição não veio acompanhado de nenhum pedido de desculpas público, de nenhum arrependimento, de nenhuma compensação. Foi um ato autoritário, pedante, de uma elite soberba, pressionada interna e externamente, que o realizou a contragosto (Moraes, 2023, p. 18).

Moraes (2023) evidencia que os ex-escravizados foram deixados à margem da sociedade, sem acesso a direitos básicos e sem o amparo de políticas públicas que possibilassem sua inserção social após a abolição. Tal negligência histórica desencadeou a desigualdade racial que persiste até os dias atuais. Nesse sentido, os desafios sociais enfrentados pelos afrodescendentes constituem lutas cotidianas ainda presentes na sociedade brasileira.

No contexto educacional, formou-se um sistema de exclusão, carregado de desafios para as pessoas negras. Segundo Felipe e Teruya (2007, p. 121) “apenas a partir dos anos 1960, com a expansão do ensino público no Brasil, que os negros começaram a frequentar as escolas públicas”. No entanto, mesmo com o avanço no acesso, às práticas racistas dentro do ambiente escolar permaneceram presentes, seja por meio de um currículo eurocêntrico, priorizando a cultura europeia e

excluindo a história africana, como nas relações interpessoais, ocorrendo frequentemente apelidos, baixas expectativa sobre o outro, e entre outros casos envolvendo professores, alunos e demais funcionários presentes no ambiente escolar.

Segundo a obra *Indicadores da Qualidade na Educação: relações raciais na escola* (Ação Educativa, 2023), a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, e a Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília em 1995, constituem marcos históricos resultantes da mobilização de diversos movimentos sociais organizados pelo povo negro em busca de equidade e justiça social. Além disso, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um avanço significativo na ruptura com o sistema excludente presente nos currículos escolares, ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país.

Ademais, em 2012 ocorreu a implementação do sistema de cotas raciais, implicando, portanto, em passos importantes para reparar uma pequena parte do que foi negado a tempos para pessoas negras terem acessos às escolas e ingressarem em uma universidade.

2.2 DIRETRIZES QUE ORIENTAM O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O aumento das discussões voltadas para a inclusão de assuntos ligados à cultura e história afro-brasileira nos currículos escolares, desencadeou uma alteração no artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) através da Lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A referida lei evidenciou a necessidade de alterações de diretrizes curriculares, incluindo conteúdos voltados para história e valorização da cultura negra. Além disso, trouxe a urgência por mudanças na formação dos professores para que haja a inserção da temática em suas práticas pedagógicas (Brasil, 2003).

À vista disso, a legislação torna-se essencial para a promoção da igualdade racial e para a desconstrução de estereótipos presentes nos currículos escolares, assegurando o respeito, a valorização e o reconhecimento da história e das contribuições dos afrodescendentes. De acordo com a Lei 10.639/2003 é

determinada a obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar brasileiro. Com relação a isso, Gomes e Jesus (2013) apontam:

A aprovação e a paulatina implementação dessa legislação, fruto das pressões sociais e proposições do movimento negro brasileiro, juntamente com os demais aliados da luta antirracista, sinaliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar (Gomes; Jesus, 2013, p. 22).

A existência dessa legislação representa um avanço significativo nas discussões sobre direitos sociais, além de constituir uma forma de reparação histórica aos povos africanos, cuja trajetória foi profundamente distorcida ao longo da produção escrita da História do Brasil. Sua implementação, contudo, exige orientações claras para os currículos das redes escolares e, nesse sentido, diversas diretrizes vêm sendo elaboradas.

Entretanto, é importante destacar que, na prática, a aplicação dessa lei frequentemente apresenta falhas, e uma delas está relacionada ao modo como é executada. A legislação não pode ser reduzida a ações pontuais ou restrita a datas comemorativas, como o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Sobre essa limitação, Santos (2005) destaca:

Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e anti-racista brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com sua eficácia [...] (Santos, 2005, p. 34)

Portanto, é importante destacar alguns dispositivos e resoluções criados em torno da Lei 10.639/2003. O parecer CNE/CP nº 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, que aborda medidas que devem ser tomadas para a construção de uma educação antirracista. Segundo Santana e Nogueira (2024),

cita-se ainda o parecer CNE/CP nº 03/2004, que acrescentou ser função dos estados e municípios não só de regulamentar a lei, mas também ter o compromisso de controlar, fiscalizar, avaliar e orientar

os conteúdos a serem trabalhados, bem como as necessárias modificações nos currículos escolares (Santana e Nogueira, 2024, p.7).

Outrossim, a Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que versa sobre as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, determinou, de acordo com Santana e Nogueira (2024, p. 8), que os Conselhos de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios desenvolvessem diretrizes curriculares que garantissem a inserção da temática no âmbito das políticas educacionais municipais e estaduais.

Diante disso, para reforçar as diretrizes abordadas na Lei, no Parecer e na Resolução mencionados anteriormente, e considerando a reflexão sobre a falta de efetividade da referida legislação, foi implementado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais. De acordo com Santana e Nogueira (2024, p. 9), “o plano lançou várias ações específicas municipais para serem desenvolvidas na Educação Infantil, que ressaltam a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnico-racial”. À vista disso, dentre essas ações estabelecidas pelo plano, destacam-se:

Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características étnico-raciais, de gênero e portadoras de deficiência (Brasil, 2009, p. 48).

Em termos do município de Parnaíba, foi possível localizar no seu Plano Municipal de Educação, através da Lei nº3.019/2015, os pontos 1.27 - “Criar mecanismos legais que garanta a efetivação da educação para as relações étnico-raciais na educação infantil” e 1.29 - “Adquirir materiais didáticos e paradidáticos que contemplam a educação para a diversidade, dando destaque para as relações étnico-raciais na educação infantil”. No entanto, embora existam legislações que asseguram o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, ainda são evidenciadas diversas insuficiências, uma vez que a sociedade permanece carregada de estereótipos e resistências quanto à efetiva implementação da igualdade racial nas instituições escolares.

Em vista disso, a Lei nº 10.639/03 que aborda a valorização da história Africana e afro-brasileira nos currículos, não faz referência direta ao âmbito da educação infantil. Segundo o artigo 26-A da referida lei, “o ensino da cultura afro-brasileira torna-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio”, em consequência disso, foram instituídas em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (DCNEIs nº 5/2009), tendo em vista a necessidade sentida pela ausência de orientações com ênfase nas relações étnicas-raciais voltadas para essa fase específica. Em relação a isso Brasil (2009) destaca:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009, p. 1).

É visto, portanto, a importância da abordagem acerca da Educação Infantil como um espaço de fase inicial do desenvolvimento de um ser crítico a ser inserido na sociedade. Portanto, as crianças nessa fase possuem a necessidade do contato com a história do povo africano e afro-brasileiro para que haja a construção do conhecimento crítico-reflexivo sobre as suas características e a assim, o desenvolvimento da identidade, respeito e edificação de educação antirracista presente desde essa fase inicial. De acordo com o estabelecido pelas DCNEIs, “A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação... (Brasil, 2010, p. 18)”. Em vista disso, Brasil (2010, p. 20) assegura o envolvimento das crianças nos conhecimentos relacionados à participação histórica dos povos afrodescendentes na construção da sociedade brasileira.

É válido destacar, portanto, que, como norma de orientação para a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, as DCNEIs nº5/2009, estabelece a obrigação das instituições em desenvolver uma proposta pedagógica que aborda as diferenças culturais, propondo: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (Brasil, 2010, p. 21). Portanto, o documento propõe um processo educativo que valoriza a identidade e o

conhecimento afrodescendente, visando à promoção do respeito à cultura e história do povo afro descendente e reforçando o papel do ambiente escolar em combater o racismo estrutural.

2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO, REPRESENTATIVIDADE E PERTENCIMENTO

A Educação Infantil surgiu, inicialmente, como uma instituição de caráter assistencialista, cujo principal objetivo era atender às necessidades de proteção das crianças, oferecendo cuidados básicos de higiene e alimentação enquanto suas famílias trabalhavam fora do lar. Nesse contexto, não havia a preocupação em desenvolver um projeto pedagógico voltado à formação educacional, tampouco o reconhecimento da criança como um sujeito em desenvolvimento. Assim, essa etapa da educação estava restrita a uma assistência básica, desvinculada de intencionalidade pedagógica. No Brasil, esse cenário ocorreu entre os séculos XIX e XX:

No Brasil, as primeiras tentativas de organização de creche e orfanatos surgiram com o caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Muitos foram os elementos que contribuíram para o surgimento dessas instituições, alguns desses foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira (Souza *et al.*, 2014, p. 2).

Portanto, o Souza (2014) aborda que, inicialmente, as primeiras instituições de Educação Infantil estavam ligadas ao contexto filantrópico, de assistência social, ou ainda religioso, voltadas sobretudo as famílias pobres e as mães trabalhadoras, onde o objetivo principal era cuidar das crianças e não educar, isto é, oferecer comida, banho e um local seguro.

Diante disso, após alguns anos, iniciaram-se movimentos sociais que reivindicavam mudanças na Educação Infantil, para que esta fosse reconhecida como um direito da criança e não apenas como um serviço assistencial, considerando a necessidade de oferecer estímulos pedagógicos adequados ao seu desenvolvimento. Assim, esses períodos foram decisivos para transformar a concepção de Educação

Infantil, deslocando-a de um caráter assistencialista para uma perspectiva educacional. Acerca disso, destaca-se:

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. A inclusão da creche no capítulo da educação explica a função eminentemente educativa desta, da qual é parte intrínseca a função de cuidar. Essa inclusão constituiu um ganho, sem precedentes, na história da Educação Infantil em nosso país (Brasil, 2006, p. 9).

Nesse contexto, é evidenciado a importância da mudança ocorrida em torno da Educação Infantil, antes vista como um serviço assistencial, voltada para o ato de cuidar, passando a ser reconhecida como um direito da criança e dever do estado em oferecer uma educação pública que garanta uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida de um ser.

De acordo com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), a Educação Infantil constitui a etapa fundamental para o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2009), por representar o primeiro contato com o ambiente escolar. É nesse contexto que a criança começa a desenvolver habilidades indispensáveis, como comunicação, linguagem, socialização e coordenação motora. Portanto, é a fase que a criança explora o mundo ao seu redor, além do mais, é a base para a construção da sua identidade e autoestima. É nessa fase que iniciam e estabelecem valores e conhecimentos críticos para a formação de serem conscientes do multiculturalismo que forma a humanidade.

Em relação a isso, Trinidad (2012) afirma que o espaço da educação deve ser voltado para o respeito das diferenças, permitindo que as crianças possam se conhecerem e conhecerem a história dos seus descendentes e suas contribuições históricas. Portanto, é necessário que a escola crie possibilidades de respeito e representatividade para que as crianças pequenas já iniciem a construção de sua identidade e autoestima.

“Por meio de práticas pedagógicas que resultem em um currículo qualificado, a educação infantil pode fazer a diferença na construção de identidades positivas, e certamente contribuirá para que o ciclo perverso existente na realidade de crianças pequenas seja quebrado” (Trinidad, 2012, p.129).

Em relação a isso, vale ressaltar “a dimensão 2 da obra Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na escola” (Ação Educativa, 2023, p. 52), que aborda os currículos e proposta político-pedagógica. Segundo a referida obra, “o currículo e o PPP da escola tornam-se os pilares para o desenvolvimento de um ensino antirracista no ambiente escolar”, haja vista que traz uma abordagem direcionada as relações étnico-raciais nessa fase da Educação Infantil.

Além disso, Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na escola (Ação Educativa, 2023, p. 52) discute como as leis levam tempo para serem reconhecidas pelas escolas, mesmo que a equipe pedagógica tenha conhecimento sobre determinada legislação, não reconhecem a importância e a necessidade de praticá-las. Portanto, é observado a necessidade de buscas por conhecimentos, de reflexão sobre a criação das leis e a relevância de abordá-las e de serem trabalhadas nos currículos escolares da Educação Infantil.

Nessa fase, instigar a reflexão das crianças pequenas é muito importante para a formação do pensamento crítico que é essencial para o envolvimento nas relações étnico-raciais, portanto, a escola e os professores devem apresentar estratégias para que isso ocorra de maneira significativa no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, como encontra-se legalmente nas orientações dos documentos oficiais para a orientação dos currículos da educação brasileira.

Em vista disso, pensar na decoração do ambiente, disponibilizar recursos que atenda a temática e sobretudo, apresentar os livros de literatura afro-brasileira para as crianças é de grande valia nessa fase inicial, pois é essencial para promover o conhecimento crítico sobre a cultura e história afro-brasileira e em torno disso, promover estratégias como a conversação.

Segundo Trinidad (2012, p. 130) “Uma ação importante – e que normalmente os adultos têm dificuldade de fazer – é conversar com as crianças, escutar sobre o que sabem e como já se apropriaram de conceitos do mundo ao seu redor”. Portanto, conversar abordando os conhecimentos prévios das crianças, observar o que ela já sabe sobre suas características físicas e de sua família é de grande importância.

Afinal, segundo Munanga (1986, p. 23), “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”.

Diante disso, é evidente que a educação constitui o principal meio pelo qual a sociedade transmite conhecimentos, valores e cultura. Ela garante que tudo aquilo que foi construído socialmente, os costumes do povo, suas crenças, tradições e diferenças, seja preservado na história e permaneça vivo nas próximas gerações, por meio do reconhecimento e do respeito.

Em relação a isso, a educação infantil como primeira etapa de ensino formal, deve abrigar para aproximar esses ensinamentos com as crianças que se encontram na fase inicial da sua formação integral. Além disso, a interação social é fundamental para que as crianças construam sua identidade e compreendam o mundo que o cerca.

2.4 LITERATURA INFANTIL E A ABORDAGEM AFRO-BRASILEIRA

A literatura infantil é uma estratégia muito utilizada no ambiente da educação infantil, desempenhando um papel fundamental na formação das crianças, visto que perpassa o entretenimento, tendo como função o desenvolvimento cognitivo e social do ser, além de servir como uma importante ferramenta para a transmissão de valores e construção de identidade, como destaca Araújo e Morais (2014):

A literatura infantil atrelada ao ato de contar histórias, na educação infantil, funciona como importante meio de socialização, de construção da identidade, de transmissão de valores morais e culturais e na formulação de conceitos e no desenvolvimento cognitivo. (Araújo; Morais, 2014, p. 6 *apud* Albuquerque *et al.*, 2019, p. 6).

Diante disso, é importante que no ensino infantil, essa literatura seja acompanhada da contação de história e recursos metodológicos visuais, visto que o professor pode, assim, tornar o conto ainda mais interessante e facilitar o seu entendimento. Em relação à prática do docente:

A função das narrativas na participação da prática docente expressa o seu desempenho de conduzir com delicadeza, o ato de comunicar de maneira sensível e encantadora a importância das palavras. Contudo espera-se os aspectos das técnicas do contar histórias seja um instrumento de ligação no processo de ensino e aprendizagem (Santana, 2020, p.?).

Nesse viés, Santana (2020) enfatiza o aspecto fundamental na prática docente que é a habilidade de utilizar as narrativas de maneira eficaz para o processo de ensino-aprendizagem, tendo como foco o ensino significativo, indo além de um mero repasse de informações.

No contexto das relações étnico-racial na educação, a literatura afro-brasileira é uma importante ferramenta para promover o desenvolvimento da representatividade e conscientização da diversidade racial dentro do ambiente educacional, sobretudo no ambiente escolar infantil. De acordo com Silva (2010), promover uma literatura que retrata personagens negros com traços reais de sua estética e colocados em lugares de protagonismo dentro da história são exemplos enriquecedores de práticas que podem contribuir significativamente para à construção de identidades e desenvolvimento da autoestima.

Portanto, livros de histórias infantis ao abordarem o protagonismo negro, permitem que as crianças negras se vejam representadas em um lugar de destaque e proporcionam o conhecimento das suas histórias de ancestralidade, preparando-as para enfrentar estereótipos ao mesmo tempo que constrói a consciência cultural a todas e com isso, a criança descobre ela e outro no mundo.

De acordo com Gouvêa (2005, p. 79), “[...] nas obras produzidas até a década de 1920 os personagens negros eram ausentes ou remetidos ao recente passado escravocrata [...]. Portanto, muitos livros de literatura ainda costumam abordar a visão eurocêntrica, como representações de personagens negros em lugares inferiores, bárbaros ou vilões e, constantemente, personagens brancos são representados como superiores, heróis, reis ou rainhas. Referente a isso, destaca-se:

Um exemplo de representação estereotipada muito recorrente nos livros infantis dessa época eram as personagens das velhas e velhos negros. Estes eram na grande maioria coadjuvantes e estavam geralmente na posição de empregados, o que remetia ao recente passado escravocrata (Farias, 2018, p. 21).

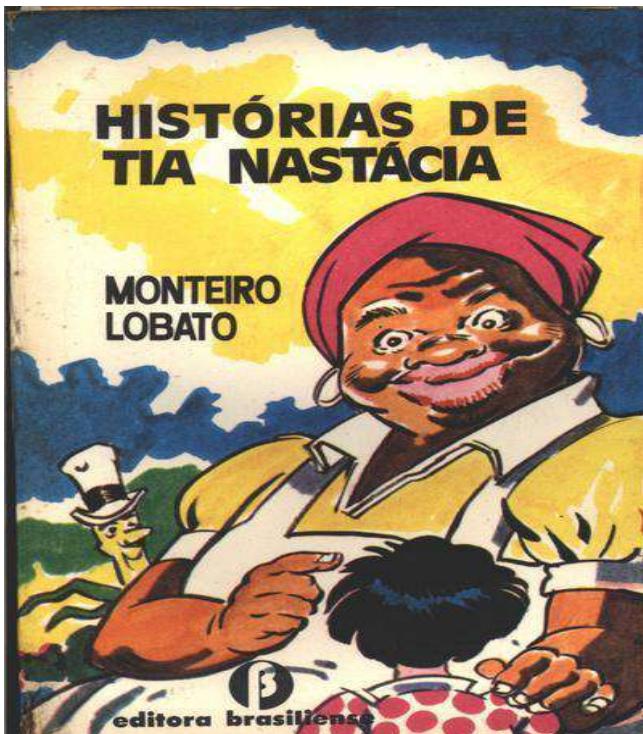
Acerca disso, convém lembrar das obras do renomado Monteiro Lobato, visto que são exemplos de feitos que abordam constantemente o racismo e que ainda estão presentes em muitos ambientes educacionais. Na principal obra de Lobato, *O Sítio do*

Pica-Pau Amarelo, a personagem Anastácia, é um dos modelos de racismo literário, uma vez que ela é caracterizada por uma empregada submissa, diferente de Dona Benta, a patroa branca. Em uma de suas obras, Lobato (1957) descreve:

Apresento a princesa Anastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia apretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel, na barriga de um certo peixe. Então, o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura (Lobato, 1957, p. 240 *apud* Pereira e Pereira, 2022, n.p.).

O discurso de Lobato (1957), reflete-se nas representações de suas obras. Na obra *Histórias de tia Nastácia* (Figura 1), percebe-se a construção estereotipada da personagem, que é retratada com traços exagerados, reforçando o imaginário racista que associa a uma figura inferior em relação aos demais personagens ilustrados.

Figura 1: Capa do livro *Histórias de tia Nastácia* de Monteiro Lobato

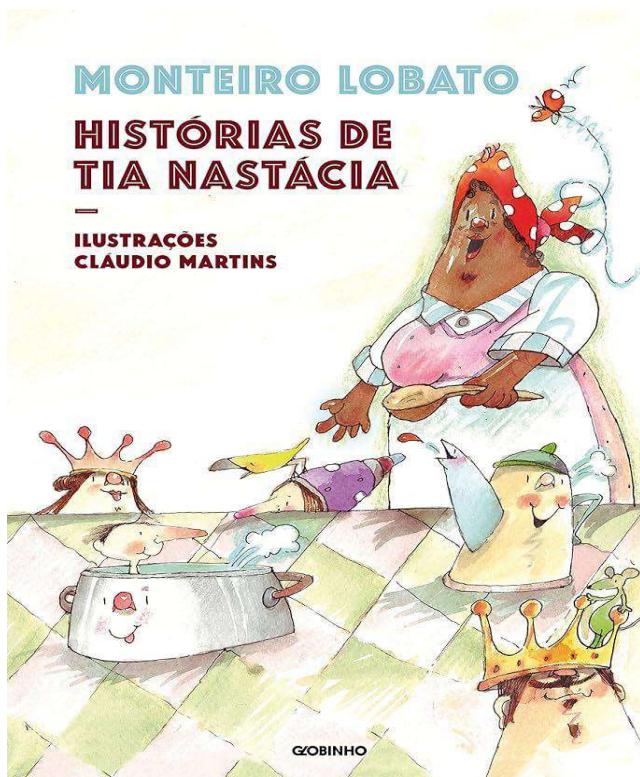


Fonte: Livraria Traça, s.d.

É importante evidenciar que mesmo em uma versão mais recente da obra (Figura 2), em que houve a tentativa de suavizar traços exagerados e evidenciar ilustrações que chamassem atenção do público infantil, ainda reforça a mesma lógica

de inferioridade da personagem negra, uma vez que tia Nastácia permanece associada ao espaço da cozinha e ao trabalho doméstico, isto é, ilustrada em um lugar de inferioridade em relação aos demais personagens brancos. Desse modo, percebe-se que a estereotipia perdura desde as edições originais até as posteriores, perpetuando os imaginários e estereótipos racistas.

Figura 2: Capa do livro *Histórias de tia Nastácia* de Monteiro Lobato



Fonte: Amazon, s.d

Diante dessa análise, é evidente que a presença constante de uma literatura no ambiente educacional, que de fato evidencie nas ilustrações os traços reais da estética negra, e que aborde personagens negros protagonistas, constitui uma estratégia fundamental para a promoção de uma educação antirracista, sobretudo, no âmbito da educação infantil. Segundo Lima e Nogueira (2021, p. 17) “Na escola, contar uma boa história que valorize personagens negras ou indígenas [...] elevam a autoestima e fortalecem as crianças para enfrentar o racismo.”

Entretanto, embora se reconheça a relevância desse tipo de literatura para a formação da consciência crítica e para o fortalecimento da identidade das crianças, ainda é possível observar barreiras que dificultam seu acesso pelos estudantes. Entre

essas barreiras, destacam-se a censura e a ausência, ou a presença reduzida, dessas obras nos acervos escolares. Esse cenário, portanto, levanta questões importantes sobre quais obras são selecionadas para compor o material didático e de que maneira essas escolhas refletem a cultura e a identidade que se deseja promover no ambiente escolar.

Em relação ao papel da escola, analisando sua função social que é a de formar cidadãos, torna-se relevante a presença de um currículo e proposta pedagógica voltada para a formação crítica do ser e preparando-o para a vida além dos muros escolares. Esse mecanismo possui a atribuição de influência direta sobre a prática e interesses dos professores pela literatura. Sendo assim, é essencial que as instituições escolares criem ações formativas que incentivem os professores a explorarem o universo da literatura infantil como contribuição da sua prática pedagógica.

Como visto, a representação positiva do negro em livros infantis foi intensamente escassa durante muito tempo. Entretanto, por volta do fim do século XX, começam análises críticas sobre obras existentes e sobre a necessidade de histórias que de fato contribuíssem com o rompimento de preconceitos na sociedade brasileira. Considerando a literatura uma ferramenta importante para transmissão de valores culturais, inicia-se a preocupação, especialmente por alguns educadores, sobre o que e como seria importante difundir para as crianças. Portanto, é válido destacar: “Como saber se determinada leitura vai causar ou não desconforto para parte dos alunos? Ou mesmo incitar valores errôneos? Estarão os professores capacitados para lidar com a problemática racial em sala de aula? (Farias, 2018, p. 28)”. Em vista disso, é importante ressaltar, que muitas escolas não acolhem a abordagem da valorização cultural, visto que seguem acolhendo livros de literatura que não valorizam de fato, a imagem do negro, ademais, os livros didáticos também seguem a desvalorização.

Com a criação da Lei 10.639/03, já mencionada anteriormente, que “torna a valorização da cultura afro-brasileira obrigatória nas escolas”, surgem mais produções por parte das editoras, principalmente em adaptações de clássicos, que possuem a abordagem eurocêntrica. É considerável, a necessidade de oferecer espaço para a presença de novas obras que possuem a originalidade da cultura afro-brasileira, que efetivamente aborda a grandeza da cultura negra para trabalhar e alcançar a representatividade e o respeito às diferenças culturais nas escolas.

É válido destacar que, de acordo com Brasil (2018), em 1997 foi criado pelo Ministério da Educação o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), cujo propósito era incentivar a leitura por meio da distribuição de livros às instituições de ensino. Posteriormente, por meio do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o PNBE foi incorporado ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que passou a incluir, além das obras didáticas e literárias orientadas pelas diretrizes de cada etapa da educação básica, os materiais de apoio e de formação. Nesse sentido, Brasil (2018) esclarece que a seleção das obras é realizada pelo Ministério da Educação, enquanto sua distribuição é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De acordo com Lima, (2020 *apud* Silva, 2020, p. 371) “A narrativa promove a transformação do olhar sobre a humanidade negra, cuidando para as associações não ficarem sempre restritas a poucas situações, apenas na chave da dor e sofrimentos além da estereotipia rala”. As histórias que propõem não apenas conhecimentos sobre a história e cultura dos afrodescendentes, como também, oferecem a representatividade negra infantil e a discussão de conceitos importantes no sentido da formação do senso crítico de combate ao racismo para a promoção de uma sociedade mais consciente, justa e igualitária.

SEÇÃO III – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os principais resultados obtidos a partir da realização da pesquisa de abordagem qualitativa de caráter documental, na qual teve por objetivo investigar as obras de literatura infantil afro-brasileira presentes nos acervos de duas instituições de educação infantil públicas municipais de Parnaíba-PI, bem como compreender a forma em que elas se encontram inseridas nas práticas pedagógicas das instituições. Diante disso, a análise documental foi realizada no espaço físico das escolas municipais de educação infantil, sendo elas denominadas, de forma a preservar suas identidades como, Escola 1 e Escola 2, ambas localizadas na zona urbana da cidade de Parnaíba-PI. A análise ocorreu entre os meses de setembro a outubro de 2025.

O passo inicial para a realização desse estudo se deu pela preparação através da revisão bibliográfica e análise documental referente às diretrizes existentes acerca da temática a ser investigada. Em seguida, foi realizado o planejamento do roteiro de observação para a análise documental no espaço escolar. O planejamento teve como apoio a obra intitulada “*Indicadores de qualidade na educação: relações raciais na educação infantil*” (Ação educativa, 2023), que foi selecionado visto que apresenta um material completo sobre a consolidação da lei 10.639/2003 e sobre as práticas pedagógicas que podem e devem ser aplicadas nas escolas. O material supracitado foi organizado por um coletivo de pesquisadores e professores que tinham o objetivo comum de fortalecer a implementação da lei já citada anteriormente e promover a reflexão crítica em torno da carência de sua implementação nos currículos escolares.

Para tal, foram priorizadas as dimensões 1 e 2, sendo elas *Atitudes e Interação e Proposta Político- Pedagógica*, nas quais serviram como parâmetros para a melhor compreensão sobre as relações étnico-raciais no espaço da educação infantil. Além disso, a leitura do material proporcionou uma melhor organização do roteiro de observação do estudo, este que foi organizado da seguinte forma:

- A) Que obras da literatura infantil com abordagem das relações étnico-raciais compõem o acervo da escola? Como se encontram? Há marcas de uso?
- B) Há outros recursos didáticos com essa abordagem? Quais?
- C) A quantidade de livros de literatura infantil afro-brasileira atende ao número de crianças da educação infantil da escola?

- D) No Projeto Político Pedagógico da escola, há menção da lei 10.639/2003 e/ou projetos à temática estudada?

Logo após o período de estudo e aprofundamento teórico do tema, deu-se início à análise documental na Escola 1 e na Escola 2. Ambas receberam o documento de encaminhamento para assinatura e autorização da realização da pesquisa documental.

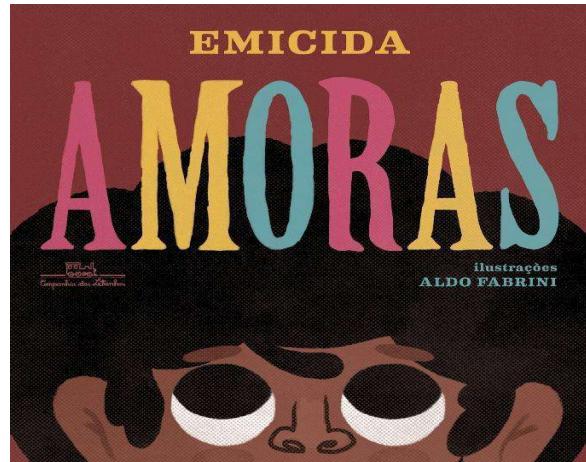
É importante evidenciar que a partir dos questionamentos que compõem este roteiro de análise, foram elaboradas e organizadas as categorias desta seção do presente trabalho para sintetizar os principais resultados do estudo.

3.1 CATEGORIA 1 – A PRESENÇA DE OBRAS DE LITERATURA INFANTIL COM ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ACERVOS ESCOLARES

Ao analisar o acervo de literatura da escola 1, observou-se a ausência de livros infantis com abordagem das relações étnicos raciais no espaço da biblioteca, no entanto, notou-se a presença de uma caixa lacrada no ambiente da diretoria, na qual continha uma parte de obras infantis afro-brasileira oriundas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dessa forma, não foram encontradas marcas de uso pedagógico dos materiais encontrados.

Esse fato indica que embora os materiais se encontram presentes fisicamente, não são efetivados e incorporados na prática educativa da escola. Dentre as obras listadas, encontram-se de autoria negra, a obra *Amoras* (2021) do cantor e escritor Emicida (Figura 3), na qual apresenta ilustrações e expressões que valorizam a cultura e estética negra.

Figura 3: Capa do livro *Amoras* de Emicida

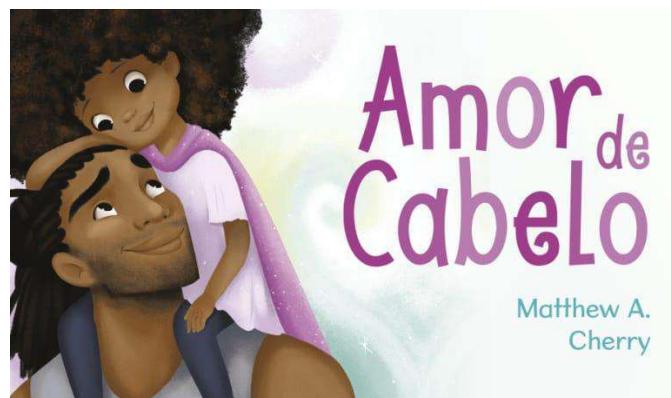


Fonte: Lunetas, 2018.

Amoras (2021) é uma obra que conta com uma riqueza de detalhes importantes e necessários de serem constantemente apresentados para as crianças pequenas, visto que aborda uma criança negra como protagonista, onde reflete sobre autoestima e ancestralidade, tendo por objetivo fortalecer o senso de pertencimento das crianças negras. A obra de Emicida é um exemplo que discute perfeitamente com o que Silva (2010, p. 35) aborda em relação a necessidade de literaturas que tratam do protagonismo negro no ambiente escolar.

A obra *Amor de cabelo* (2021) de Matthew A. Cherry (Figura 4) também estava presente na caixa e que assim como *Amoras*, aborda uma personagem negra protagonista.

Figura 4: Capa do livro *Amor de Cabelo* de Matthew A. Cherry

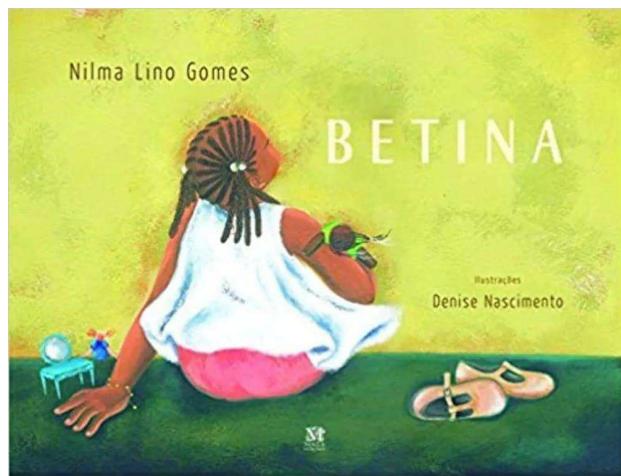


Fonte: Grupo Editorial Record, 2020.

A obra de Mattew A. Cherry conta com imagens que valorizam os traços reais da estética negra, além disso, a história transmite mensagens e ensinamentos de empoderamento infantil, visto que trata do cabelo da personagem, expressando identidade e beleza, contribuindo para a representatividade e autoestima.

Outra obra encontrada foi *Betina* (2009), da escritora Nilma Lino Gomes (Figura 5) que também carrega aspectos que enaltecem a beleza e as origens negras.

Figura 5: Capa do livro *Betina* de Nilma Lino Gomes

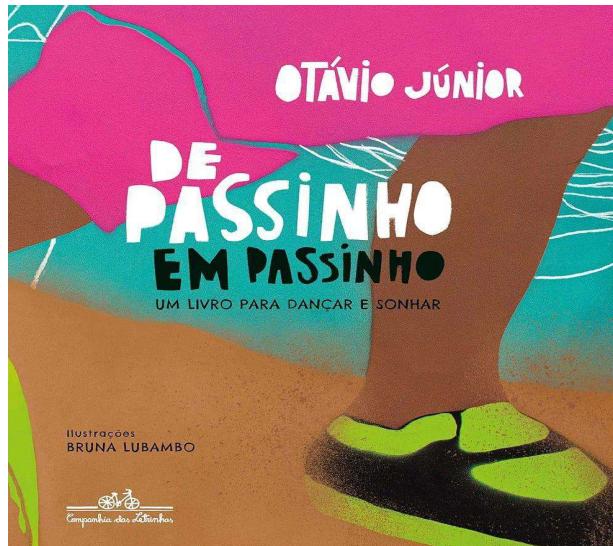


Fonte: Letras – UFMG, 2019.

No livro escrito por Nilma Lino Gomes, a personagem principal é uma criança negra, ilustrada por Denise Nascimento, onde é representada usando tranças, elemento importante da sua identidade, reforçando o orgulho de sua cultura e da tradição afrodescendentes. É importante destacar nessa análise, a discussão feita por Lima (2020 *apud* Silva, 2020, p. 37) em relação a importância de literaturas infantis que abordem a representação negra positiva, visto que durante muito tempo, personagens negros eram representados em lugares de subalternidade nas obras.

A obra *De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar* (2023) (Figura 6) e *Da minha janela* (2021) (Figura 7), ambas escritas por Otávio Júnior, também foram encontradas na caixa lacrada durante a análise do acervo.

Figura 6: Capa do livro *De passinho em passinho* de Otávio Júnior



Fonte: Folha vitória, 2021

Figura 7: Capa do livro *Da minha janela* de Otávio Júnior



Fonte: Leiturinha, 2019

A obra *De passinho em passinho* (2023) e *Da minha janela* (2021) são obras que relatam a cultura das favelas, transmitindo mensagens de autoestima e valorização da cultura popular, além de abordar aspectos sobre motivação para transformar a realidade e alcançar sonhos. As obras retratam de forma positiva crianças negras periférica como protagonistas, essencial para construção da representatividade.

Na escola 2, não foi possível analisar o acervo literário com precisão visto que a instituição não dispõe de um espaço organizado para o armazenamento e exposição dos livros, o que de fato, impossibilitou a análise detalhada das obras. Essa ausência de organização reflete uma limitação para a análise entre as duas instituições.

Diante da ausência de acesso aos materiais na Escola 2, e considerando a relevância do PNLD como política pública que valoriza as relações étnico-raciais na Educação Infantil, surge reflexões acerca da contemplação de programas federais, visto que, todas as escolas devem ser devidamente contempladas, portanto, qual seria o paradeiro desses livros? Esse questionamento aponta para uma reflexão mais ampla sobre a efetividade da distribuição e utilização dos recursos do PNLD, podendo servir como ponto de partida para futuras investigações, que busquem compreender a distribuição e as condições de armazenamento dos livros do PNLD, a fim de garantir que as políticas públicas voltadas para a valorização relações étnico-raciais contemple plenamente o desenvolvimento educacional da Educação Infantil.

3.2 CATEGORIA 2 - A PRESENÇA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS COM ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Durante a análise na Escola 1, bem como na Escola 2, foi observado a ausência de qualquer recurso, tais como jogos, bonecas negras, fantoches que trabalham o reconhecimento da temática das relações étnico-racial na educação infantil. Diante desse fato, essa discussão dialoga com Trinidad (2012), que destaca a necessidade de a escola criar um ambiente acolhedor das diferenças raciais e assim as crianças sintam-se representadas, acolhidas em um ambiente mais significativo e justo.

Foi possível notar na Escola 1, uma presença significativa de livros e recursos pedagógicos seguindo o padrão estético eurocêntrico, bonecas brancas e cabelos claros. Em relação a essa análise, é importante destacar as ações implementadas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (2009), que aborda ações, entre elas, a inserção de materiais como bonecas que apresentem a estética negra, por parte das escolas municipais. Outrossim, Lima e Nogueira (2021) discutem sobre a importância da valorização de personagens negros nas histórias infantis: “Na escola, contar uma boa história que valorize personagens negras ou indígenas [...] elevam a autoestima e fortalecem as crianças para enfrentar o racismo (Lima e Nogueira, 2021, p. 17)”.

3.3 CATEGORIA 3 – A QUANTIDADE DE OBRAS COM A ABORDAGEM DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS

A análise relacionada à presença das obras de literatura infantil afro-brasileiras nas escolas revelou fragilidades quanto a disponibilidade e ao uso efetivo desses materiais. Visto que, na Escola 2 não foi possível realizar a verificação dos livros, como já citado, a mesma não possui um espaço organizado para o armazenamento e exposição das obras. Enquanto na Escola 1 constatou-se a existência de livros com essa temática, contudo, encontravam-se em uma caixa lacrada, provenientes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sem utilização no cotidiano escolar.

Desse modo, essa análise evidencia que, embora existam as políticas públicas voltadas à promoção da diversidade étnico-racial nas escolas, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2009), a efetivação dessas práticas ainda é limitada. Portanto, a presença das obras sem marcas de uso demonstra que a simples distribuição desses, não garante o desenvolvimento da valorização da identidade negra para a construção de uma educação antirracista.

Outrossim, o Plano Municipal de Educação (PME) de Parnaíba, Lei nº3.019/2015, destaca em suas metas e estratégias, os pontos: 1.27 - “Criar mecanismos legais que garanta a efetivação da educação para as relações étnico-raciais na educação infantil” e 1.29 - “Adquirir materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a educação para a diversidade, dando destaque para as relações étnico-raciais na educação infantil”. Portanto, o PME, enquanto diretriz do ente municipal, aponta a necessidade da aquisição de materiais paradidáticos e da criação de uma legislação própria que contemplem a valorização das relações étnico-raciais na educação infantil. No entanto, as práticas observadas mostram que tais diretrizes ainda não se concretizam na realidade das escolas municipais. Cabendo ressaltar, que o material encontrado é proveniente de um programa federal (PNLD), reforçando a falta de aplicabilidade do que consta no PME.

Desse modo, percebe-se um distanciamento entre o que é proposto no Plano do município e a realidade educacional, o que reforça a necessidade de ações voltadas à formação docente, para a organização do acervo e para o uso constante da literatura infantil afro-brasileira como estratégia pedagógica.

Em vista disso, nota-se a necessidade de um maior envolvimento das equipes escolares para a inclusão dessas obras nas práticas pedagógicas das escolas. A presente análise aponta ainda que a quantidade de obras existentes não atende de maneira significativa à demanda dos estudantes, visto que a disponibilidade e o uso efetivo desses materiais ainda não estão sendo garantidos de fato, no cotidiano das escolas.

3.4 CATEGORIA 4 – O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA E A LEI 10.639/2003

O Projeto Político Pedagógico da escola, como discutido em *Indicadores de Qualidade da educação infantil: relações étnico-raciais na educação infantil* (Carreira & Souza, 2012), é um documento base, que deve contribuir para a construção de uma educação antirracista, a partir de estratégias e projetos que valorizem as diferenças culturais e aborde conhecimentos que de fato, reconheçam as contribuições do povo negro.

Em vista disso, é essencial que as escolas incluam as orientações da Lei 10.639/2003 em suas propostas curriculares e trabalhem em suas práticas pedagógicas, estratégias que se relacionam com sua abordagem em suas práticas pedagógicas cotidianas. Desse modo, a concretização dessa Lei demonstra o compromisso da escola com uma educação comprometida com o combate ao racismo.

Contudo, ao analisar o PPP da Escola 1, bem como o da Escola 2, foi possível perceber a ausência da menção da Lei 10.639/2003 e projetos que trabalhem as relações étnico-raciais. Essa abordagem é mencionada vagamente apenas um mês de todo o ano letivo, referindo-se ao dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Diante disso, essa análise revela a fragilidade do compromisso das escolas com a construção de estratégias que desenvolvam uma educação antirracista.

Desse modo, vale ressaltar a discussão realizada por Santos (2005) em relação às falhas da Lei 10.639/3 devido à negligência com sua devida aplicação, podendo haver falhas. Assim, percebe-se que embora o PPP deva ser um documento construído coletivamente e constantemente revisado, ainda há um distanciamento entre o que é previsto legalmente e o que é efetivado na prática escolar.

Dessa forma, a ausência de uma abordagem mais consistente sobre as relações étnico-raciais no PPP das escolas investigadas, aponta a necessidade de um olhar mais crítico por parte das mesmas, sendo preciso repensar as estratégias pedagógicas, de modo que as ações relacionadas às relações étnico-raciais, como as literaturas afro-brasileiras, sejam inseridas na prática cotidiana da educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo compreender de que forma a literatura infantil afro-brasileira está presente nos acervos escolares da educação infantil da rede municipal de Parnaíba-PI. Assim, através de uma análise documental e pesquisa de campo, foi realizado o estudo em torno da legislação que define diretrizes que orientam o ensino das relações étnico-raciais na educação infantil. Posteriormente, foi realizada a verificação das obras de literatura infantil afro-brasileiras existentes nas escolas selecionadas e feita a análise do potencial dos elementos didáticos pedagógicos da literatura afro-brasileira presentes nos acervos.

A análise revelou algumas limitações em relação a disponibilidade e uso das obras de literatura infantil afro-brasileira pelas escolas investigadas e ainda, falhas em torno da concretização das legislações, uma vez que, foi possível perceber que mesmo com a presença de algumas obras com essa temática nas escolas, essas não são efetivamente utilizadas de maneira significativa na prática escolar. Ademais, verificou-se uma carência significativa de recursos pedagógicos que contemplam a temática no contexto escolar, apesar de existir previsão legal na Lei nº 3.019/2015, que orienta o Plano Municipal de Educação, o que se constatou na prática é que os materiais disponíveis nas escolas resultam, majoritariamente, de distribuições realizadas por programas federais.

Outrossim, a presente pesquisa contribuiu significativamente para a formação acadêmica de licenciandos do curso de Pedagogia, visto que, possibilita um entendimento mais profundo em torno da importância da literatura infantil afro-brasileira na construção de identidades, na representatividade e no combate ao racismo desde a educação infantil.

Além disso, para o contexto social, a pesquisa discute a efetivação da Lei 10.639/03 e o uso da literatura infantil com uma importante ferramenta para abordar as relações étnico-raciais, evidenciando a necessidade de uma educação que promova o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira nas escolas, sobretudo, no âmbito da educação infantil.

Pretendeu-se aprofundar os estudos sobre as práticas pedagógicas voltadas à uma educação antirracista, especialmente sobre o uso da literatura infantil afro-brasileira como ferramenta de representatividade e valorização da diversidade cultural. Ademais, essa e futuras investigações poderão ampliar a visão crítica de

professores, promovendo a reflexão sobre a inserção efetiva da Lei 10.639/03 no cotidiano escolar e na construção da educação antirracista desde os primeiros anos.

Conclui-se, portanto, que as obras de literatura infantil afro-brasileiras são estratégias que podem contribuir significativamente para a construção de uma educação antirracista, visto que promovem representatividade positiva, conhecimento e respeito à cultura negra. No entanto, a ausência do uso efetivo dessa ferramenta nas práticas escolares ainda representa um grande desafio, mostrando o distanciamento entre o que está previsto nas leis com a realidade vivenciada no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA (Org.) **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola – Antirracismo em movimento.** 2 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2023.

ALBUQUERQUE, Amanda Vieira de *et al.* Literatura afro-brasileira: a importância da contação de história na educação infantil. **Anais VI CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60985>. Acesso em: 26 out. 2024.

AMAZON. **Capa do livro “Histórias de Tia Nastácia”.** [Imagen]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Hist%C3%B3rias-Tia-Nast%C3%A1cia-Monteiro-Lobato/dp/8525063932>. Acesso em: 9 out. 2025.

BARBIERI, Stela; VILELLA, Fernando. **Quero colo.** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** 5. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. 60 p.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Brasília, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).** 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/content/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18722-programa-nacional-biblioteca-da-escola-pnbe-tematico>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).** 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC; SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010. 36 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p.

CHERRY, Matthew Alexander. **Amor de cabelo.** 1. ed. São Paulo: Galerinha, 2021.

COIMBRA, Hebe. **Na venda de Vera.** 1. ed. São Paulo: Editora Manati, 2008.

EMICIDA. **Amoras.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

FARIAS, Jessica Oliveira. A representação do negro na literatura infantil brasileira. UERJ. **Periferia**, v. 10, n. 1, p. 17-32, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.30495>. Acesso em: 30 out. 2024.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira república (1889-1930). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 112-126, set. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5005/art09_27.pdf. Acesso em: 5 dez. 2024.

FOLHA VITÓRIA. **De passinho em passinho**. 2021. [Imagem]. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/cultura/entretenimento/de-passinho-em-passinho/>. Acesso em: 10 de out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Betina**. [Imagem]. Letras – UFMG. Disponível em: <https://share.google/JHKbSBIOMw8ZZFagu>. Acesso em: 9 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Betina**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GOMES. Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 19 dez. 2024.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo, Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan/mar, 2013. Editora UFPR. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-4060201300010000>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GONÇALVES, Regina. **Ubuntu, Madiba**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100006>. Acesso em: 4 dez. 2024.

JESUS, Jeová Pereira de; SILVA, Gilberto Rinaldi da. Diversidade cultural brasileira advinda do processo de colonização. **Revista ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v. 7, n. 12, dez. 2021. ISSN- 2675- 3375. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/3535/1378/5551>. Acesso em: 11 jan. 2025.

JÚNIOR, Otávio. **Da minha janela**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

JÚNIOR, Otávio. **De passinho em passinho**: um livro para dançar e sonhar. 1. ed. São Paulo: Leiturinha, 2023.

KREBS, Laurie. **Um safári na Tanzânia**. 1. ed. São Paulo: Edições SM, 2021.

LEITURINHA. **Capa do livro “Da minha janela”**, de Otávio Júnior, ilustrado por Vanina Starkoff. [Imagen]. Disponível em: <https://www.leiturinha.com.br/>. Acesso em: 09 de out. 2025.

LIMA, Lulu. **Será?** 1. ed. São Paulo: Pallas Editora, 2021.

LIMA, Monica; NOGUEIRA, Renato. **Trilhos da Alfabetização**: por uma educação antirracista (Maranhão) / FGV DPGE. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. 80 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

LUNETAS. **Emicida lança livro infantil “Amoras”, sobre representatividade e negritude**. 2018. [Imagen]. Disponível em: <https://lunetas.com.br/emicida-lanca-livro-infantil/?amp=1>. Acesso em: 9 out. 2025.

MATÉ. **Aminata, a tagarela**. 1. ed. São Paulo: Escarlate, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Wallace. **Legado da lei Áurea**: O racismo institucional e a negação do negro enquanto sujeito histórico. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais** v.3, n. 4, maio/2023, ISSN 2764-7854. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/view/59055/31945>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

PARNAÍBA (PI). **Plano Municipal de Educação de Parnaíba**. Parnaíba: Prefeitura Municipal de Parnaíba, 2015. Diário Oficial do Município de Parnaíba. Disponível em: <https://admin.itransparencia.com/files/transparencia/anexos/%282%29plano-municipal-de-educacao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

PEREIRA, Anamaria Ladeira; PEREIRA, Camila Santos. A obra infantil de Monteiro Lobato: do racistês ao pretuguês. UEPG. **Práxis Educativa**, v. 17, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89470178071/html/>. Acesso em: 30 out. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. p. 329-344, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u329344>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RECORD. **Amor de cabelo e empoderamento infantil**. [Imagen]. Disponível em: <https://record.com.br/amor-de-cabelo-e-empoderamento-infantil/>. Acesso em: 9 out. 2025.

SANTANA, Crisley de Souza Almeida; NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha. A educação para as relações étnico-raciais e a educação infantil: o que diz a legislação brasileira. **Devir Educação**, [S. I.], v. 8, n. 1, p. 709, 2024. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/709>. Acesso em: 22 maio. 2025.

SANTANA, Meriane Lacerda. **Educação infantil**: a importância da literatura infantil para o desenvolvimento da criança. Quarenta e duas folhas. Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

SANTOS, Augusto Sales. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: UNESCO. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342202296_a_lei_n_1063903_como_fruto_da_luta_antirracista_do_movimento_negro. Acesso em: 24 set. 2025

SILVA, Esdras Soares da. Outro olhar sobre a humanidade negra: entrevista com Heloisa Pires Lima. **Revista Crioula**, [S. I.], n. 25, p. 368-376, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/171680>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva**. 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOUZA, Daiane Lanes et al. Educação Infantil no Brasil: Do assistencialismo a conquista do direito. **VI FIPED**, Santa Maria/RS, jul./ago. 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_1datahora_16_06_2014_09_33_13_idinscrito_1851_6cdf162d351d305dd4fd1d42a2deecb7.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

TRAÇA LIVRARIA E SEBO. **Capa do livro Histórias de Tia Nastácia**. [Imagem]. Disponível em: <https://www.traca.com.br/livro/8073771>. Acesso em: 9 out. 2025.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

VERMETTE, Véronique. **Esperando a chuva**. 1. ed. São Paulo: Pallas Editora, 2021.

APÊNDICES

TÍTULO	AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	Nº DE EDIÇÃO	FORMA DE AQUISIÇÃO
Amoras	Emicida	2021	2 ^a	PNLD
Amor de cabelo	Matthew A. Cherry	2021	1 ^a	PNLD
Ubuntu, Madiba!	Regina Gonçalves	2021	1 ^a	PNLD
Quero colo!	Stela Barbieri e Fernando Vilela	2018	2 ^a	PNLD
Na venda de Vera	Hebe Coimbra	2008		PNLD
Betina	Nilma Lino Gomes	2009		PNLD
De passinho em passinho: um livro para dançar e sonhar	Otávio Júnior	2023	1 ^a	PNLD
Aminata, a tagarela	Maté	2015	1 ^a	PNLD
Será?	Lulu Lima	2021		PNLD
Esperando a chuva	Véronique Vernette	2021		PNLD
Um safári na Tanzânia	Laurie Krebs	2021	1 ^a	PNLD
Da minha janela	Otávio Júnior	2021	1 ^a	PNLD

ANEXOS

Ilma. Sra.

...

Diretora da Escola ...
Município de Parnaíba – PI

Assunto: Encaminhamento para Pesquisa de TCC

Prezada Senhora,

Apresentamos a Vossa Senhoria a acadêmica **Tainara Araujo de Sousa**, matrícula nº 1079999, regularmente matriculada no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí – Campus Parnaíba. A referida aluna desenvolverá sua Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com base em documentos curriculares nesta instituição de ensino, cujo tema é: **A literatura infantil afro-brasileira nos acervos escolares da Educação Infantil.**

O estudo tem como objetivos:

- Identificar a legislação que define diretrizes que orientam o ensino das relações étnico-raciais na educação infantil;
- Verificar as obras de literatura infantil afro-brasileira existentes nas duas escolas selecionadas;
- Analisar o potencial dos elementos didáticos pedagógicos da literatura afrobrasileira.

Solicito, portanto, a colaboração desta instituição escolar para que a discente possa ter acesso ao PPP, bem como analisar o acervo de literatura infantil da escola.

Vale ressaltar que o nome da escola e dos professores serão mantidos no anonimato, sendo identificados com nomes fictícios.

Agradeço a atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

Profa. Maria de Jesus Marques Duarte
Professora Orientadora
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Contato: (86) 9931-1369

Aceite da Escola em: / /2025

Carimbo e Assinatura da Direção
Carimbo da Escola